



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de SC - Filiado à FENAJUFE - nº 805 - 11.10.07

Tribunais Superiores planejam rasteira nos servidores

Sintrajusc rebate e exige prioridade de pagamento de passivos aos servidores

O Sintrajusc está buscando garantir que as sobras orçamentárias dos tribunais sejam usadas para pagar os passivos dos trabalhadores. Esse tema pautou duas audiências solicitadas pelo sindicato no dia 9 de outubro com as administrações das Justiças do Trabalho e Eleitoral. As reuniões tiveram a participação do economista Washington Moura de Lima, assessor do Sintrajusc que acompanha a execução orçamentária dos três ramos do Judiciário Federal.

A iniciativa do Sintrajusc pretendeu antecipar as discussões acerca da aplicação dos recursos do orçamento. Depois que o CNJ aprovou decisão reconhecendo adicional por tempo de serviço aos magistrados, há uma corrida para que os regionais calculem imediatamente os valores para priorizar o pagamento. O fato foi confirmado pela administração do TRT, que informou que o TST já solicitou o cálculo dos valores. “É inadmissível que isso ocorra, pois temos dívidas muito mais antigas com os servidores que devem ser priorizadas. Vamos

mobilizar todos os sindicatos e exigir que a Fenajufe entre com medida judicial”, declarou o Coordenador Geral do sindicato Robak Barros.

Na Justiça do Trabalho, há margem orçamentária para a liquidação da dívida com os servidores. Pelos cálculos do economista, há saldo do pagamento dos ativos (R\$ 9,8 milhões) e R\$ 2,7 milhões restantes do orçamento de 2006 para a quitação com os inativos. Além disso, o TST liquidou até 02 de setembro apenas 30% do orçamento de 2007 – R\$ 215 milhões do total de R\$ 721 milhões. São valores que possibilitam o pagamento dos quintos, do reenquadramento (Artigo 22 do PCS), da GAS e GAE e dos atrasados dos adicionais de qualificação.

A diretora Denise Zavarize lembrou que o Sintrajusc articulou a previsão orçamentária para o pagamento do PCS. “Esses recursos estão disponíveis e são nossos, estão vinculados ao PCS. Não podemos admitir que sejam usados para pagamento de passivos reconhecidos recentemente”, afirmou.

Para o coordenador geral Robak Barros, o orçamento também é suficiente para reajustar o auxílio-alimentação. “A categoria ainda não se sente contemplada com o reajuste concedido pelo CSJT, equivalente ao repasse da inflação. Há margem para equipará-lo aos níveis do TST”, observou.

Melhor sorte terão os inativos que, por equívoco na solicitação do orçamento de 2006, terão à sua disposição R\$ 2,7 milhões de sobra - valor suficiente para pagar todos os passivos aos aposentados e pensionistas do TRT.

A coordenadora Angela Albino solicitou ao Presidente nova audiência para tratar especificamente da destinação das sobras do orçamento ainda durante a atual gestão, que encerra em dezembro. Ao mesmo tempo, a administração assumiu compromisso de não realizar o pagamento de passivos até a reunião.

Também participaram da audiência a coordenadora Adriana Maria Ramos e os servidores Sérgio Feijó e Miguel Inácio.

Justiça Eleitoral deve priorizar pagamento dos passivos

Na JE, onde Washington Moura de Lima demonstrou que haverá sobra de orçamento na ordem de R\$ 400 milhões, foi confirmado pela administração que já há uma predisposição de pagamento de passivos com relação ao reenquadramento do artigo 22, já que o TSE colocou como prioridade a quitação das dívidas com os servidores.

O sindicato reivindicou que as sobras sejam usadas para o pagamento de quintos já que, segundo informação do Diretor Geral, é o maior

passivo devido aos servidores da casa. Dos R\$ 21 milhões devidos, R\$ 16 milhões são a título de quintos.

Apesar da pequena margem de manobra com relação ao orçamento, já que o TSE centraliza a aplicação de todas as sobras, o sindicato conquistou um grande avanço. O Presidente, Desembargador José Trindade dos Santos, concordou que é descabida a falta de isonomia entre os Tribunais Superiores e os Regionais no que diz respeito ao auxílio-alimentação e colocou-se à disposição para gerenciar junto ao TSE a elevação desse valor e

o pagamento dos quintos. Ele comprometeu-se em levar um memorial contendo subsídios do orçamento para apresentar durante o encontro de Presidentes de Regionais, que acontecerá nos dias 18 e 19 de outubro em Porto Alegre. O sintrajusc já está empenhado na preparação deste memorial e estará presente no local do encontro entregando o documento em mãos aos participantes do encontro.

Participaram da reunião o coordenador Robak Barros e o servidor Miguel Inácio.

Fenajufe cobra agilidade para aprovar remoção na JE

O processo da remoção, que tramita no TSE, teve novos desdobramentos. O relator, ministro Caputo Bastos, havia garantido à Fenajufe que colocaria o processo em votação durante a sessão do dia 02 de outubro, mas se deu por impedido em razão de licença. O processo foi redistribuído a outro relator, o ministro Gerardo Grossi. A informação foi confirmada pelo diretor geral do TSE, Athayde Fontoura, em reunião com os coordenadores da Fenajufe Roberto Policarpo, Ramiro López e Lúcia Bernardes no dia 4.

No encontro, os dirigentes reivindicaram agilidade na tramitação do processo de regulamentação da remoção na Justiça Eleitoral, o que trará isonomia com os outros ramos do Judiciário Federal. As reivindicações dos servidores sobre o tema serão expostas e debatidas com o novo relator.

Os representantes da Federação defenderam, na audiência com o DG do TSE, a realização de um concurso Nacional de remoção na Justiça Eleitoral, a exemplo da Justiça do Trabalho e na Justiça Federal. Para os diretores da Fenajufe, o concurso deve

contemplar também os servidores em estágio probatório. Athayde foi receptivo à sugestão da Fenajufe e se colocou à disposição para continuar o debate. Os dirigentes sindicais se comprometeram a apresentar ao diretor geral e ao presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, um documento com todos os argumentos em defesa da proposta. A Fenajufe já solicitou audiência com o ministro Gerardo Grossi para dar prosseguimento aos debates e apresentar o documento com a proposta do concurso nacional.

Na reunião, o coordenador geral da Fenajufe Roberto Policarpo reivindicou, mais uma vez, informações a respeito da disponibilidade orçamentária para o pagamento do retroativo do enquadramento, previsto no artigo 22 da Lei 11.416/06. Policarpo lembrou que a incorporação deste direito foi uma importante conquistada da categoria, mas que é necessário que o TSE pague imediatamente o retroativo.

De acordo com Athayde Fontoura, os valores para quitar os atrasados do enquadramento já estão previstos no orçamento e o pagamento deverá ocorrer ainda no início do ano.

Isonomia para chefes de cartórios eleitorais

A Fenajufe também está cobrando agilidade tramitação do processo administrativo nº 13.995/2006, que trata da isonomia do pagamento das funções comissionadas aos chefes de cartórios eleitorais. Em reunião no Tribunal Superior Eleitoral no dia 9 de outubro, os coordenadores Roberto Policarpo e Lúcia Bernardes entregaram documento ao ministro Cezar Peluso argumentando em defesa da igualdade entre os chefes de cartórios das cidades do interior e das capitais.

Segundo o documento, não se justifica, à luz da Constituição, que se mantenha a distinção remuneratória entre os Chefes de Cartório do interior do Estado e das Capitais, já que as atribuições funcionais são as mesmas. Não há, nos demais ramos do Poder Judiciário da União, notícia de disparidade de contraprestação aos ocupantes de funções iguais [Diretores de Secretaria] das capitais ou interior”.

O ministro Cezar Peluso prometeu agilizar a tramitação do processo.

Expediente: *Boletim do SINTRAJUSC* é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - Filiado à FENAJUFE. Rua dos Ilhéus, 118 - sobreloja, sala 3 - Edifício Jorge Daux - CEP 88010-460 - Centro - Florianópolis/SC - Fone/fax: (048) 3222.4668 imprensa@sintrajusc.org.br www.sintrajusc.org.br

Jornalista responsável: Ana Claudia Araujo - DRT 9685/RS